

De volta à ilha de tranquilidade em meio a um oceano revolto? Limites da democracia liberal brasileira*

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**

Resumo:

O Brasil vive o seu maior período de democracia liberal de massas. Diferentemente de outros países sul-americanos, a vitória eleitoral de Lula, em um momento de descenso dos movimentos de massas, possibilitou, até o presente, criativa reciclagem do neoliberalismo apoiada, desde o início, por amplos contingentes das classes populares e, em seguida, pelo grande capital nativo e internacional. Cabe avaliar as perspectivas que se apresentam neste cenário de aparente calma em meio a uma crise capitalista cujos desfechos, tanto no plano mundial como na formação social brasileira, permanecem imprevisíveis.

Palavras-chave: Democracia. Poder político. Classes populares. Cena política.

Democracia à brasileira

O título deste artigo alude aos anos de chumbo da ditadura militar, quando os grandes meios de comunicação apresentavam o Brasil como uma ilha de paz e prosperidade (eram os anos do “milagre econômico”), ao contrário de boa parte do mundo onde reinavam a desordem e a insegurança. O título também sinaliza que este artigo destoa de grande parte das abordagens acadêmicas, em especial na área de Ciência Política, acerca da questão democrática. Grande parte e não a totalidade. Pois não faz tanto tempo assim que chamar a atenção para os “limites da democracia” poderia parecer um tanto inconveniente, algo do tipo desmancha prazer. A correlação teórico-ideológica mudou e me dispense de grandes argumentações para demonstrar

* Para a elaboração deste artigo foram incorporadas partes de dois textos: a comunicação enviada ao XIV Congresso Brasileiro de Sociologia (Almeida, 2009) e a entrevista concedida à revista eletrônica *IHU on line* (Almeida, 2008). O título desta entrevista otimamente editada não foi escolhido por este autor. Agradeço a Célia Motta, Jair Pinheiro e Renata Gonçalves, sem a ajuda dos quais este artigo não seria produzido. Os eventuais equívocos remanescentes são de minha exclusiva responsabilidade.

** Departamento de Política e Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais da PUC-SP; Coordenador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Autor de *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: UFSC, 2006. End. eletrônico: lucio.almeida@pucsp.br

que a própria generalidade contida na contração “da” (de qual democracia se fala?) sinaliza um caráter ideologicamente conservador presente mesmo em diversas abordagens críticas.

No Brasil, tal ideologização adquiriu verdadeiro caráter de massa em meados dos anos 70. Ocorreu uma hiperbolização da democracia liberal, que, a partir de então, foi apresentada como a única possível neste admirável mundo novo cheio de porteiros. Tal processo coincidiu com a debandada de intelectuais que antes buscaram se comprometer com as lutas operárias e populares voltadas para a transformação social. Como observa James Petras, esta “retirada dos intelectuais” não ocorreu somente em direção à democracia liberal, mas também rumo “à economia neoclássica” (Petras, 1995: 64)¹.

Até um pouco antes, ou seja, na virada dos 60 para os 70, ainda eram intensas, nos círculos acadêmicos mais críticos, as preocupações com a dependência, expressão que, de um modo ou de outro, remetia à questão do imperialismo; e proliferavam os estudos sobre o movimento operário. A respeito desses dois temas, podemos citar duas figuras emblemáticas: Fernando Henrique Cardoso, em suas tentativas de desenvolver estudos sobre dependência numa perspectiva que se pretendia voltada para a revolução socialista; e Francisco Weffort, com seus estudos sobre o populismo, em vários dos quais expressava e esperança de que, enfim, no Brasil, uma política de massas fosse substituída por uma política de classes².

Aqueles tempos difíceis foram animados por duas polêmicas que, dadas as trajetórias seguidas posteriormente pelos dois autores, hoje soam divertidas. Uma foi a que ambos travaram em torno do estatuto da noção de dependência: afinal, “dependência” seria um conceito rigorosamente formulado, à altura de ocupar um lugar todo seu no panteão dos estudos científicos sobre o imperialismo? Ou se tratava de uma noção ideológica, expressão de uma visão burguesa ou pequeno-burguesa³ daqueles que se opunham, de algum modo, ao *status quo*?

A segunda polêmica foi iniciada por Fernando Henrique Cardoso, em 1971, contra Nicos Poulantzas, então no auge de sua influência como renovador dos estudos marxistas sobre classes sociais e poder político. O título da comunicação de Cardoso, “Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas”, além de contundente não deixava dúvidas quanto à posição reivindicada pelo autor:

¹ Um texto igualmente brilhante e que revela incrível atualidade, aborda um subconjunto destes intelectuais em retirada: o dos pós-marxistas (Petras, 1996).

² Ver, a este respeito, as brilhantes análises efetuadas por Weffort (1978). Os dois primeiros artigos, “Política de massas” e “Estado e massas no Brasil”, foram publicados originalmente em 1965; e o terceiro, “O populismo na política brasileira”, em 1967. Todos foram redefinidos para publicação na coletânea de 1978, à qual se recorre para facilitar a vida do leitor.

³ No primeiro caso, dependência “externa”; no segundo, “estrutural”. O debate ocorreu em novembro de 1970. A este respeito ver os artigos “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?” e “Dependência: teoria de classes ou ideologia nacional?”, de Cardoso (1973) e Weffort (1978), respectivamente.

claro que marxista. E Poulantzas, como os demais althusserianos, foi duramente criticado pela aproximação tanto com o estruturalismo como com o formalismo idealista (Cardoso, 1973: 106).

A animação não durou muito tempo. Ambos os autores brasileiros abandonaram seus respectivos temas de pesquisa e confluíram para o estudo da questão democrática, em uma visão cada vez mais institucionalista. Em termos práticos, esta confluência chegou ao ponto máximo quando um se tornou ministro do governo do outro, no período em que as políticas neoliberais atingiram seu ápice. Estas mudanças de trajetória não se restringiram aos dois intelectuais. Se me refiro a eles é em razão da imensa influência teórica e política que exerciam sobre amplos círculos da esquerda, dentro e fora da vida acadêmica. Sinalizaram um imenso deslocamento no interior do campo intelectual brasileiro, em estreita articulação com o que se passava em quase todo o mundo.

No caso do Brasil, um aspecto irônico desta mudança temática é que ela coincidiu, desde o final dos anos 70, com um extraordinário ascenso das lutas operárias e populares, no bojo das quais foram criados o Partido dos Trabalhadores (1980) e a Central Única dos Trabalhadores (1983), lutas que tiveram importante papel na lenta derrocada da ditadura militar; e também com uma verdadeira capitulação econômica do governo Figueiredo frente aos ditames do governo dos EUA e, por imposição deste, ao monitoramento pelo FMI. Em suma, quando lutas operárias e o imperialismo exerciam forte impacto sobre a formação social brasileira, ambos saíram de moda no cenário acadêmico.

A mudança temática não foi, portanto, uma direta expressão “superestrutural” de movimentos que ocorreriam na “infraestrutura” da sociedade brasileira.

Ocorreu o oposto. Quando lutas proletárias e populares se travavam, inclusive portando um forte potencial antiimperialista, ainda no contexto da crise prolongada da ditadura militar, houve uma forte desvinculação analítica, com impactos político-ideológicos não desprezíveis, entre os estudos sobre, por um lado, a democracia e, por outro, o imperialismo (dá-lhe globalização!), bem como entre ambos e as lutas de classes. Francisco Weffort, logo após o colapso da URSS e similares na Europa Centro-Oriental e durante o governo Collor, negou o que considera reducionismo marxista; manifestou acordo com Schumpeter na premissa de que democracia é um método e não um fim (governo do povo) e na conclusão de que somente por uma casualidade muito pouco provável uma democracia seria “um governo para o povo”; declarou que “o pensamento neoconservador acerta num ponto importante: não é possível liberdade política sem liberdade econômica, nem democracia sem mercado”. Todavia, contra os neoconservadores e o próprio Schumpeter, defendeu a tese da democracia como um “valor em si” (Weffort, 1992: 145-6). Este último aspecto nos auxilia a lembrar que mesmo os marxistas (o que não era o caso de Weffort) não ficaram imunes a esta “ruptura” do vínculo entre democracia e dominação de classe.

Talvez, no período, o texto mais influente entre os que se proclamavam marxistas tenha sido “A democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho (1979).

Obviamente, este deslocamento intelectual confluiu com um processo de reciclagem da dominação burguesa. Esta chegou, inclusive, a expressar grande capacidade de direção político-ideológica em importantes momentos de derrota do regime ditatorial. A este respeito, dois fenômenos sociopolíticos ainda pouco estudados merecem menção.

O primeiro foi a Campanha das Diretas que, por um lado, contou com extraordinária adesão operária e popular; e, por outro, teve uma direção política burguesa tão eficaz que sequer a bandeira de greve geral foi agitada, exceto – e por pouco tempo – por um pequeno e combativo agrupamento político que ajudara a criar o PT. O segundo fenômeno relaciona-se com a participação política burguesa nas eleições presidenciais de 1989. Ao mesmo tempo em que o conjunto da grande burguesia (grandes meios de comunicação inclusos) apoiou irrestritamente o candidato Fernando Collor, o presidente da mais poderosa associação industrial brasileira declarou que “800 mil industriais abandonariam o país” caso Lula fosse eleito. Os dominantes, mesmo se portando com grande competência na disputa eleitoral, deixavam claro que não brincavam em serviço: ou o eleito seria de sua confiança ou mudariam as regras do jogo. Até porque, em nenhum momento da longa transição política brasileira, a grande burguesia rompeu totalmente regime ditatorial (Diniz, 1994: 224 e ss).

Neste processo de transição, terminou por se consolidar no campo da esquerda a oposição, trágica para os que lutam contra o *status quo*, entre duas perspectivas acerca da democracia no Brasil. De um lado, minoritária, a que, ao negar a própria existência de democracia no capitalismo, uma vez que este é um sistema fundado na exploração e na dominação de classe, era, por via de consequência, cética em relação à própria existência de democracia na América Latina. De outro lado, para a perspectiva predominante em plena ofensiva, como a democracia não possui caráter de classe, bastava constituí-la e aprofundá-la, sem a “esdrúxula” preocupação de “adjetivá-la”.

Ficou praticamente obscurecida uma importante produção teórica que apreendia a democracia como estreitamente vinculada ao tipo de Estado e, portanto, determinada pelos aspectos estruturais deste aparato de dominação de classe. Ou seja, que, a partir de uma rigorosa teoria marxista do Estado, apreendia, por um lado, o caráter de classe da democracia no capitalismo e, por outro, efetuava importantes distinções entre a democracia burguesa e outras das quais o Estado poderia se revestir, dentre as quais a ditadura militar⁴.

Aquela polarização marcou fortemente, em especial na Ciência Política, os estudos sobre a transição para e, em seguida, a consolidação da democracia no Brasil.

⁴ A este respeito, o papel fundamental, na trilha das formulações teóricas elaboradas por Nicos Poulantzas (1968), coube a Décio Saes (1980 e 1987).

Se a primeira perspectiva padeceu de um longo imobilismo nos planos teórico e político⁵, a segunda atrelou-se muito estreitamente ao processo concreto de transição para a democracia liberal no Brasil, tornando-se tributária das concepções que centravam o foco na chamada engenharia institucional. E, na medida em que as instituições não somente existem como produzem efeitos importantes sobre a realidade social, especialmente a política, pode-se afirmar que a segunda perspectiva, embora não tenha sido o motor do processo político brasileiro contemporâneo, revelou-se altamente realista e colaborativa ao aderir estreitamente a ele.

No que se refere ao regime político, vivemos cerca de 25 anos de democracia liberal de massas, o que é um recorde na história do Brasil. Existe pluripartidarismo amplo e sufrágio universal. Apenas para compararmos com alguns períodos anteriores, durante a República Velha, não havia partidos nacionais (fora o caso excepcionalíssimo do Partido Comunista) e o voto das mulheres e dos analfabetos era proibido. Talvez os anos JK, na segunda metade da década de 50, quando se consolidou a transição para o capitalismo industrial dependente no Brasil, possibilitem um termo de comparação mais preciso. Afinal, era senso comum que o Brasil era o país mais democrático do mundo e um grande historiador marxista e, por muito tempo, ativista político, escreveu que, naquele período, havia “absoluta liberdade política” (Basbaum, 1976: 222).

Pois bem, nos “anos dourados”, grande parte da população pobre, mais precisamente, grande parte da população brasileira, não votava, pois era analfabeta; nenhum partido comunista era legalizado; e, para tomar posse da Presidência da República e governar até o final do mandato, o que era uma façanha, não bastava obter a maioria dos votos nas eleições: impunha-se contar com o apoio efetivo da maior parte das Forças Armadas, em especial do Exército. Já no final do governo Kubitschek, iniciou-se uma crise econômica que, articulada à ascensão das lutas populares, logo se politizou, produzindo-se uma crescente polarização política cujo desfecho foi o golpe de 1964 e vinte e um anos de ditadura militar.

De novo, em novos termos, a ilha de tranquilidade?

Desde meados dos anos 80, vivemos um período muito original na história do país, com uma geração que chega à idade adulta tendo nascido em um regime político democrático e sem os percalços de intervenções militares a derrubarem governos eleitos pelo voto direto. Neste quase final de segundo governo Lula, já tivemos cinco eleições diretas para presidente da República, os analfabetos podem votar e ser votados, vigora um amplo pluripartidarismo e o Congresso possui grande margem de iniciativa política. Mesmo que isto acabasse agora, já seria a mais profunda experiência de democracia no Brasil. Até porque, além do que a ciência política convencional chama de rotatividade “no poder” (fazendo uma interessante confusão ideológica entre

⁵ Diversos autores, como Ellen Wood (2003), defendem esta perspectiva de modo fecundo. Mas isto ocorre em um período bem posterior ao que se analisa neste artigo.

governo e poder político), tivemos duas vitórias eleitorais consecutivas do principal expoente do Partido dos Trabalhadores, aquele personagem de origem humilde que tanto medo inspirou a uma famosa atriz global.

Lula e, mais do que ele, o PT mudaram de um modo que sintetiza em estado quase quimicamente puro certas formulações de Gramsci sobre o transformismo. As práticas do partido e de seu principal líder institucionalizaram-se totalmente e, para quem ainda duvidava, assinaram, durante a enfim vitoriosa campanha de 2002, a famosa “Carta aos Brasileiros”⁶. Todavia, por maior que seja a competência política desses dois atores, é importante não superestimá-las, sob o risco de, uma vez mais, substituímos o estudo das determinações estruturais da ação política pela problemática da traição.

O governo Lula representa o encerramento de um ciclo iniciado pelas grandes lutas populares e, principalmente, operárias, no final dos anos 70 e que se prolongaram pela década de 80. Estas lutas foram decisivas para a crise final da ditadura militar e para a construção de um partido de massas, com profunda inserção junto a contingentes proletários e populares em todo o Brasil. Ao longo do processo, como tudo na vida, o PT e a CUT mudaram. O mesmo ocorreu, de um modo muito particular, com o principal personagem individual desta história.

Novamente evidenciou-se, no plano mais geral, que regime democrático não elimina e existência de dominação e exploração capitalista de classe. E, no plano mais particular, que a chamada terceira onda de democratização coincidiu com a implementação de políticas neoliberais, voltadas exatamente para contrarrestar os percalços da acumulação capitalista, intensificando a exploração dos trabalhadores, o que implica reduzir ou mesmo eliminar os direitos conquistados.

Um pequeno retrospecto da gestão Lula também nos ajuda a refrescar a memória e não confundir origem de classe do governante com caráter de classe: a) do Estado; b) da política de Estado. Ao contrário, o fato de uma personalidade política ter “a cara do Brasil” pode ser altamente funcional, por maiores ou menores períodos, para legitimar políticas de Estado que, caso tivessem a nítida marca dos dominantes, seriam menos palatáveis para os dominados. Neste caso, como já ocorrera com a neutralização do Partido dos Trabalhadores, a novidade maior reside na velocidade do processo quando comparado ao transcorrido em diversas regiões da Europa Ocidental. A observação de alguns aspectos do governo Lula pode auxiliar uma abordagem preliminar deste processo de ajuste, no qual a ideologia desempenha um papel importantíssimo.

Pesquisa de intenção de voto realizada pelo DATAFOLHA, de 11 a 12 de setembro de 2006, indicava Lula como vencedor das eleições para sua própria sucessão em todas as regiões do Brasil: Norte (53% versus 30% de Alckmin); Nordeste (70% x 15%); Sudeste (42% x 33%) e Sul (35% x 34). Onde Lula não ia bem era entre os

⁶ Que alguns, indo mais diretamente a um dos pontos essenciais, chamam de “Carta aos Banqueiros”.

mais ricos⁷. Segundo a mesma pesquisa, Alckmin abria 27 pontos de vantagem entre os eleitores com renda superior a dez salários mínimos. (FSP, 13/09/06).

Se recorrermos a outra pesquisa do DATAFOLHA, realizada um pouco antes (FSP, 11/08/06), Lula ganhava de goleada entre os proletários e semi-proletários e também perdia entre os burgueses e a alta classe média. Era preferido por 59% dos eleitores de até 2 salários mínimos; por 46% dos que auferiam de 2 a 5, 41% pelos que recebiam de 5 a 10 e 35% pelos que ganhavam mais de 10. Chegava a 56% de preferência entre os de escolaridade fundamental, 48 entre os de escolaridade média e caía para 34% entre os de escolaridade superior.

Portanto, no final de 2006, tínhamos um presidente de origem operária; principal dirigente de um partido em cuja fundação atuaram diversas correntes políticas que se apresentavam como anti-sistêmicas; que desfrutava do apoio eleitoral da maioria dos dominados, ao mesmo tempo em que era rejeitado pela maioria dos eleitores pertencentes à classe dominante e seus caudatários ideológicos. E, apesar das avalanches de denúncias de corrupção que teriam sido cometidas pelo PT e pelo próprio governo, além da intensa disputa eleitoral (onde as referidas denúncias tinham um papel importante), o sistema político não dava mostras de fragilidade.

De fato, já existia uma democracia consolidada. E muitos se vangloriavam disso.

É o que se revela, por exemplo, na apresentação do livro *Reforma política no Brasil*, organizado por Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia e co-editado pela Editora da UFMG e pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Avritzer e Anastasia, 2006)⁸. Nesta apresentação assinada pelo PNUD, a democracia brasileira aparece como em um conto de fadas:

O país é hoje uma democracia consolidada e vibrante, exemplo para o continente latino-americano e objeto de admiração e respeito em todo o mundo. Transcorridas mais de duas décadas do processo de redemocratização, não se verifica no país nenhum temor quanto à possibilidade de retrocessos autoritários. As crises políticas ocorridas nesses anos foram todas superadas, dentro do marco constitucional, sem colocar em risco as instituições democráticas, cuja construção é uma conquista permanente de toda a nação brasileira. (PNUD, 2006, 5).

Como este texto foi publicado em julho de 2006, é provável que se refira implicitamente à chamada crise do mensalão (maio – dezembro de 2005), quando o governo Lula ainda contava com forte antipatia de amplos setores da classe média e boa dose de má-vontade de grandes empresários nativos. Hoje, a partir da mesma perspectiva que orientou os que escreveram em nome do PNUD, as mesmas considerações poderiam ser tecidas ainda com maior ênfase.

⁷ Neste caso e para os objetivos desta análise, pode-se fazer abstração das complexas relações entre determinações estruturais das posições de classe e as variáveis de estratificação social.

⁸ Foge aos objetivos deste artigo examinar quaisquer dos outros textos publicados nesta coletânea.

Todavia, como diversos autores já observaram, é muito provável que este elogio à democracia esteja associado a uma visão que destaca a cena política, ou seja, o palco da disputa partidária, em detrimento do poder político, isto é, da classe cujos interesses fundamentais são contemplados.

A partir daquela primeira perspectiva, por exemplo, o escândalo do mensalão, com um intenso tiroteio verbal que a grande imprensa reverberava, parecia um grande teste para o sistema político. No entanto, desde o início, o economista Paul Krugman, que não é exatamente um ultra-radical, acertou em seu prognóstico: o governo ficaria onde estava por uma razão muito simples: o “mercado”, que antes tinha medo de Lula, naquele momento tinha medo de que Lula se fosse. Traduzindo, o grande capital, a começar pela grande banca, não tinha qualquer interesse em descartar um governo (e um presidente) cuja política assegurava extraordinária rentabilidade para os investimentos capitalistas e granjeava tamanho apoio entre os dominados de todo o país. Os abalos sísmicos que derrubaram governos na Argentina, no Peru, na Bolívia e na Venezuela, nos dois últimos casos com significativas mudanças institucionais e alterações na política de Estado, sinalizavam que, até para permanecerem, as políticas neoliberais deveriam ser redefinidas⁹.

Grande parte do pretense incêndio era assunto interno do pessoal político, a começar pela investida na qual o PT, dando sequência à sua rápida metamorfose de partido com pretensões anti-sistêmicas em agremiação neodesenvolvimentista (Lopes, 2006), capturava boa parte do eleitorado e das fontes de financiamento que o PSDB considerava cativos¹⁰.

O recado era mais ou menos simples: CPIs e ameaças de surra por parlamentares e capas de revistas semanais desrespeitosas para com o presidente da República podiam não ser demonstrações de elegância ou mesmo, na conjuntura, de eficácia política, mas ficavam por conta e risco de seus autores. Em suma, os membros passivos ou “ideólogos ativos” da classe dominante brasileira (especialmente os grandes meios de comunicação) deram muita cabeçada ao tentarem desestabilizar o governo. Pela simples razão de que não tiveram o apoio dos “membros ativos”, os burgueses em sentido estrito¹¹. Para estes, mesmo sem maiores identificações com o ex-operário nordestino, o fundamental era ter grandes lucros com um presidente altamente capaz de manter a ordem, até porque popularíssimo entre os dominados. Nunca antes neste país se produziu e vendeu tanto carro, se exportou tanto minério de ferro e o verde de nossas sojas e canaviais foi tão resplandecente, o que deixou os credores da dívida

⁹ Uma análise destas redefinições realizadas no Brasil e na Argentina durante os governos Lula e Néstor Kirchner foi feita por Boito Jr. e Rojas (2008).

¹⁰ De 1997 a 2002, antes de chegar à Presidência, o PT recebeu “R\$ 370 mil de pessoas jurídicas”. Em 2008, recebeu R\$ 82 milhões. A este respeito, matéria de Rubens Valente e Catia Seabra, “Empresas são maior fonte de dinheiro dos partidos políticos”. *Folha de S. Paulo*, 28/06/2009.

¹¹ Recorro livremente às formulações de Marx e Engels (2007: 49-50) sobre esta divisão de tarefas no interior da classe dominante.

pública morrendo de rir (e fingindo que reclamavam do Programa Bolsa Família). O recado implícito foi algo do tipo “Nada de aventuras, companheiros Virgílio, Lorenzoni e similares. Façam suas artes no *playground* (Congresso, grandes meios de comunicação), mas não arrebenhem a cozinha, refeitório e salão de festas. E, acima tudo, não tumultuem o lado de fora do Clube dos Contemplados”¹². Caricatura da antiga Banda de Música da UDN, tudo bem. Mas sem esta de “Fora Lula”.

Mesmo assim, o crescente mal-estar é indisfarçável. A tão sonhada estabilidade (um valor altamente positivo para os institucionalistas) continua, mas as instituições não despertam a mesma confiabilidade. Embora os movimentos sociais mais combativos estejam à míngua de grandes vitórias e o proletariado zozinho (aspectos estreitamente relacionados), parece haver muita eletricidade no ar. E, apesar das inegáveis realizações do governo Lula no sentido de harmonizar os interesses dos dominantes, tendem a se intensificar as contradições entre as frações burguesas, inclusive no que se refere à condução imediata da política de Estado.

O fantasma da crise econômica e as indefinições do período pós-Lula reabrem o jogo em novos termos. A direita sente-se animada para uma nova investida. E o grande capital, acompanhado por segmentos da classe média assustável e assustada, está apreensivo. Ficarão em pânico se a resistência dos trabalhadores urbanos se intensificar e – eis o ponto decisivo – se politizar.

Daí o súbito interesse em glamourizar a ditadura, como se expressou na provocativa reciclagem, pela *Folha de S. Paulo*, da expressão “ditabranda” (cunhada, num outro sentido, por Guillermo O’Donnell e Philippe Schmitter), para se referir aos cálidos vinte e um anos de regime militar. Pois, caso a crise se reponha em novos termos e os trabalhadores aprofundem suas lutas, os dominantes podem tentar, no melhor estilo “vai doer mais em mim do que em você”, uma saída política de tipo autoritário. A democracia burguesa é burguesa do ponto de vista estrutural, mas a burguesia (e amplos setores da classe média) nunca morreu de amores por ela. Neste sentido, em um aparente paradoxo e, curiosamente, correndo o risco da redundância, é pouco provável que, sob a dominância do capitalismo, a própria democracia burguesa se constitua em um valor “universal” ou “geral”, justamente devido às resistências apresentadas por segmentos da própria burguesia (em 1964 foi toda ela). O que não dizer então de uma democracia que ultrapasse os limites do modo de produção capitalista?

Caso a crise econômica e, com ela, a insatisfação política se agravem, será essencial, para os dominantes, exorcizar o velho fantasma das lutas contra a ordem. Este é um dos motivos da pressão para que Cesare Battisti seja extraditado. “Vejam meninos: se fizerem bobagens, pagarão caro, mesmo que daqui a quarenta anos”. Daí também a formidável pressão sobre o MST, a começar por destacados membros do Judiciário.

¹² A expressão é de Darcy Ribeiro.

Um Brasil sem Lula, ou com o prestígio de Lula arranhado, preocupa seriamente os representantes do grande capital e excita os políticos profissionais da direita, do próprio centro e mesmo de setores que se autoproclamam de esquerda.

Por outro lado, convém alertar para o óbvio que nem sempre é visível para boa parte das esquerdas que pretendem transformar o mundo: existe vida política à direita de Lula e do PT. Isto alimenta, no interior do grande capital, o misto de desconfiança e, principalmente, cobrança de demonstrações de fidelidade ao PT caso este partido seja aliado do governo em um cenário pós-Lula, com implementação de políticas estatais visivelmente antipopulares e ascenso das lutas dos dominados.

Frente a esta situação, permanece, no essencial, o pacote de propostas de reforma política produzido no final do século passado: controle público dos fundos de campanha; cláusula de barreira; voto distrital puro ou misto; algum tipo de parlamentarismo que contribua para se superar os malefícios do chamado presidencialismo de coalizão etc. Na maioria dos casos, são mais parafusos para melhor prender as peças da mesma engrenagem que, no fundamental, mantém a participação popular à distância e assegura a hegemonia do grande capital. É fantástico o modo como os grandes meios de comunicação (e boa parte dos intelectuais acadêmicos), por um lado, denunciam cotidianamente as mazelas do enquadramento político-institucional brasileiro e, por outro, criminalizam os movimentos populares que não restringem suas ações coletivas a este mesmo espaço. Desta forma, dão sua modesta contribuição para legitimar uma das relações de dominação mais predatórias do planeta.

A contrapartida é o silêncio teórico (às vezes disfarçado pelo recurso conservador à noção de populismo) sobre o que ocorre em diversos países da América Latina, onde ordenamentos liberais-democráticos foram profundamente abalados – e mesmo redefinidos criativamente – em estreita articulação com o questionamento das relações de dependência.

Recriação da IV Frota dos EUA; golpe em Honduras respaldado pela imperial benevolência *made in USA*; plano de instalação de sete bases militares na Colômbia; rápida e maciça ocupação de pontos estratégicos do Haiti por forças militares estadunidenses. Eis alguns indícios de uma brusca alteração na política externa do Grande Irmão do Norte em contrapartida aos movimentos e governos que se pretendem anti-sistêmicos no subcontinente. E, neste contexto, mais do que nunca o Brasil não é uma ilha.

Retomando as formulações do início deste artigo, o fosso aberto entre o nacional e o democrático, bem como o obscurecimento das relações entre eles e modalidades concretas de dominação de classe tendem a se reduzir. O que justifica plenamente a retomada de pesquisas profundas e inovadoras, à altura da importância que estas questões voltaram a adquirir.

Bibliografia

- ALMEIDA, L. F. (2009). *Novas relações entre democracia e movimentos latino-americanos que se pretendem anti-sistêmicos*. Comunicação enviada ao XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/5_8_2009_23_13_33.pdf>. Consultado em 05/12/2009.
- _____. (2008). A tragédia da democracia: a repressão ao exercício de direitos políticos dos trabalhadores. *IHU on line*, São Leopoldo, n. 259. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_destaque_sem_ana&Itemid=24&task=detalhes&idnot=1071&idedit=6>. Consultado em 05/12/2009.
- BASBAUM, L. (1976). *História sincera da República: de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa-Omega.
- BOITO JR., A. e ROJAS, G. (2008). *Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirschner*. Comunicação apresentada no VI Encontro da ABCP
- CARDOSO, F. H. (1973). *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- COUTINHO, C. N. (1997). A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9.
- DINIZ, E. (1994). Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, G. A. e D'ARAUJO, M. C. (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV.
- LOPES, W. (2008). *Da negação à integração: um estudo da trajetória do Partido dos Trabalhadores (1979-2002)*. Dissertação, Mestrado, Ciências Sociais, PUC-SP.
- MARX, K. e ENGELS, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- PETRAS, J. (1996). Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 1. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_lucio.pdf>.
- _____. (1995). Os intelectuais em retirada. In: *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Página Aberta.
- PNUD (2006). Apresentação. In: AVRITZER, L. e ANASTASIA, F. (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- POULANTZAS, N. (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspéro.
- SAES, D. (1987). *Democracia*. São Paulo: Ática.

- _____. (1980). A democracia burguesa e a luta proletária. *Teoria & Política*, São Paulo, n. 2.
- VALENTE, R. e SEABRA, C. (2009). Empresas são maior fonte de dinheiro dos partidos políticos. *Folha de S. Paulo*, 28/06/2009.
- WEFFORT, F. C. (1978). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1992). *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras.
- WOOD, E. (2003). O *demos* versus “nós, o povo”: das antigas às modernas concepções de cidadania. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.